

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



29 ABR 1988

JORNAL DA TARDE

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Essa Constituição que já nasce obsoleta

Não sabemos se por coincidência ou não, nesta quinta-feira, mesmo dia em que todos os jornais anunciavam e comentavam o que foi aprovado na Assembléia Nacional Constituinte como a nova ordem econômica que o País terá a partir da vigência da nova Constituição, o jornal Gazeta Mercantil trazia uma série de reportagens mostrando as consequências, para a economia brasileira, da adoção de políticas de reservas de mercado e de restrição ao capital estrangeiro como as que foram inseridas na futura Carta Magna do País.

O resultado dessas políticas está resumido de forma eloqüente numa declaração do diretor do departamento de Comércio Exterior da Fiesp, Jamil Nicolau Aun: "Para proteger o setor de informática, que está quebrado e falido, está-se inibindo todos os setores que buscam um desenvolvimento tecnológico, como os de bens de capital. Hoje não existe um setor que não dependa da informática para sobreviver".

A indústria nacional de bens de capital é um exemplo típico dos malefícios dessas políticas cartoriais. Na descrição de Nicolau Aun, ela aparece como vítima da reserva de mercado na área de informática. Mas como beneficiária, ela própria, de uma outra reserva, através da lei do similar nacional, como numa reação em cadeia, ela está prejudicando, por sua vez, outros setores da economia brasileira, como diz o diretor-presidente da Indústria de Papel e Celulose São Roberto e também diretor da Fiesp, Roberto Jeha: segundo ele, "o Brasil só conseguiu levar vantagem diante dos sofisticados equipamentos de transformação de papel e papelão ondulado norte-americanos devido à mão-de-obra mais barata no País". E acrescenta: "Vamos ter que absorver essas novas tecnologias ou ficar com uma indústria superada". (grifo nosso)

A mesma queixa faz o presidente da Hoechst do Brasil, Cláudio Sander: "O que ocorre é que em áreas muito específicas de produtos no setor químico estamos com acesso restrito a equipamentos tecnologicamente mais avançados por custos muito inferiores aos que chamamos de similares nacionais" (grifo nosso). Essas diferenças de custos são brutais: o preço interno, para equipamentos usados pelos fabricantes de papel e celulose e de produtos químicos e petroquímicos, chega a ser cerca de 70 a 80% mais elevado que os similares estrangeiros. Há casos ainda mais absurdos: a Carbochloro fez um acompanhamento de preços desde janeiro de 1987 até agora e constatou que uma planta de soda-cloro custaria no Exterior hoje 2,5 a 3 vezes menos do que aqui. Estamos vendo, então, como as empresas instaladas no Brasil estão sendo obrigadas a pagar mais caro por máquinas já ultrapassadas num setor que fornece equipamentos para todas as outras indústrias, ou seja, num setor que, como seu próprio nome diz, é a base de todo o parque industrial de um país. Exatamente a mesma situação absurda em que trabalha quem precisa utilizar as tecnologias de ponta e está amarrado pela camisa-de-força da lei de informática.

Ao analisar o que aconteceu na votação do título da Ordem Econômica e Financeira, na Assembléia Constituinte, o brigadeiro Octávio Moreira Lima disse que, nessa matéria, o que os militares queriam era "um acordo entre as partes, de forma que saia um dispositivo que preserve a soberania nacional e que nossas riquezas fiquem efetivamente sob controle nacional". O brigadeiro não disse, mas evidentemente ao falar em riquezas, ele estava referindo-se às riquezas naturais, ou seja, aos recursos minerais e energéticos com que a natureza nos aquinhoou, cuja exploração também é disciplinada no título da ordem econômica.

Nosso ilustre ministro, ao que parece, não está mais atualizado em matéria de economia do que nossos constituintes.

Há alguns meses publicamos um excelente artigo do renomado economista Peter Drucker, em que ele explicava os motivos que levaram certos países a alcançar uma extraordinária prosperidade e outros a continuarem mergulhados no subdesenvolvimento. Entre os pontos centrais da análise de Drucker sobre o que ele chamou de nova economia mundial está a demonstração, muito bem fundamentada, que ele faz da perda da importância disso que o ministro Moreira Lima chama de "riquezas nacionais" para o desenvolvimento de qualquer país. Fazendo até uma advertência explícita ao Brasil sobre esse fenômeno, Drucker mostra que o consumo desse tipo de "riqueza" tende a ser cada vez menor e demonstra que o surpreendente desenvolvimento econômico, no mundo atual, dos países que já ingressaram na modernidade é quase exclusivamente produto da qualidade de seus recursos humanos e tecnológicos, como demonstra o fato de os países que mais rapidamente se desenvolveram nas últimas décadas serem, na sua maioria, países que não contam com nenhuma espécie de recursos naturais abundantes. (O Japão é o maior exemplo.) Esta nova revolução econômica é a revolução da tecnologia de ponta e da livre circulação de capitais. No Brasil ela ainda não chegou porque nossos homens públicos ainda professam velhos preconceitos como "soberania nacional" e "segurança nacional", invocados por nosso ministro da Aeronáutica, e pelos redatores do título Da Ordem Econômica da nossa Constituição.

Foi por terem tomado consciência da obsolescência desses (pré-) conceitos diante da nova configuração da economia mundial que Nações como as da Europa Ocidental, até o dia de ontem arraigadas e orgulhosamente nacionalistas, decidiram organizar-se numa comunidade que suprime todas as fronteiras geográficas e todas as barreiras nacionalistas. Essa foi a única maneira que elas encontraram de poder competir em igualdade de condições com as duas maiores potências econômicas da modernidade — os Estados Unidos e o Japão.

Ao aprovar os primeiros artigos do título da Ordem Econômica na Constituição, tornando constituinte a reserva de mercado para qualquer outro setor empresarial brasileiro amanhã também possa conquistar a sua reserva particular, a Assembléia Nacional Constituinte deu um passo no sentido exatamente oposto ao dado pelos europeus e pelas nações emergentes da Ásia. Fechou ainda mais as fronteiras do País ao capital externo e às novas tecnologias e condenou o Brasil a continuar vivendo na Idade Média da economia e do desenvolvimento. Como sentem na carne os clientes da indústria nacional de base e da indústria nacional de informática.

Não podemos acreditar que uma Constituição tão incompatível com os desafios econômicos do mundo moderno como esta que está sendo gestada sob o patrocínio dessa sinistra aliança arquirreacionária que se formou em Brasília — políticos fisiológicos, grupos totalitários, militares nacionalistas e empresários que colocam seus mesquinhos interesses pessoais acima de tudo e têm horror à concorrência — possa sobreviver por muito tempo. As sociedades humanas têm uma dinâmica natural que não pode ser detida por camisas-de-força jurídico-ideológicas. Esta Constituição já nasce obsoleta. Ou será muda logo ou não será obedecida.